

Paraíso Social de Aguada de Baixo

Demonstrações Financeiras **2025**

- ✓ Demonstração dos Resultados por Naturezas 2025
 - ✓ Balanço em 31.12.2025
- ✓ Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios no período 2025
 - ✓ Demonstração dos Fluxos de Caixa 2025
 - ✓ Anexo

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	3-8	1 185 756,42	1 073 241,10
Subsídios, doações e legados à exploração	3-9-12	20 430,79	23 364,14
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	3-7	(146 900,31)	(144 092,37)
Fornecimentos e serviços externos	12	(172 235,51)	(184 993,90)
Gastos com o pessoal	3-10	(845 702,04)	(741 606,40)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12	(11 435,04)	(7 653,20)
Outros rendimentos	3-12	18 722,35	17 216,63
Outros gastos	3-12	(1 286,87)	(1 286,56)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		47 349,79	34 189,44
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	3-5-6	(53 458,34)	(57 483,99)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(6 108,75)	(23 294,55)
Juros e rendimentos similares obtidos	8-12	1 143,67	4 198,15
Resultados antes de impostos		(4 964,88)	(19 096,40)
Resultado líquido do período		(4 964,88)	(19 096,40)

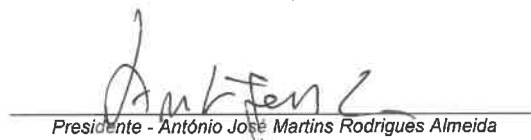
Aguada de Baixo, 10 de Março 2026

O Contabilista Certificado n.º 33583



João Luís Morcela Rodrigues dos Reis

A Direção



Presidente - António José Martins Rodrigues Almeida



Vice-presidente - Eduardo Milton Tavares da Silva



Secretário - Dalila Dias Oliveira Tomás



Tesoureiro - Maria da Silva Martins Dias



Vogal - Ivo George Ferreira Sá Conceição

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

RUBRICAS	Notas	Unidade Monetária: Euros	
		Datas	
		31-12-2025	31-12-2024
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3-5	1 389 225,96	1 425 582,23
Investimentos financeiros	12	2 724,38	2 724,38
Subtotal		1 391 950,34	1 428 306,61
Ativo corrente			
Inventários	3-7	7 675,48	4 222,87
Créditos a receber	3-12	50 009,32	53 233,30
Estado e outros Entes Públicos	12	6 878,56	2 866,01
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados	3-12	4 616,00	4 539,00
Diferimentos	3-12	7 697,26	4 922,70
Caixa e depósitos bancários	3-12	542 301,42	506 875,48
Subtotal		619 178,04	576 659,36
Total do Ativo		2 011 128,38	2 004 965,97
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	3-12	1 163 299,44	1 163 299,44
Resultados transitados	3-12	341 867,32	367 963,72
Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	3-12	295 130,45	310 162,47
Resultado Líquido do período		(4 964,88)	(19 096,40)
Total dos fundos patrimoniais		1 795 332,32	1 822 329,23
Passivo corrente			
Fornecedores	3-12	29 088,95	40 212,44
Adiantamento de clientes	12	26 805,81	27 288,04
Estado e outros Entes Públicos	12	34 229,19	32 601,41
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados	3-12	10,00	
Outros passivos correntes	3-12	125 662,11	82 534,85
Subtotal		215 796,06	182 636,74
Total do passivo		215 796,06	182 636,74
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		2 011 128,38	2 004 965,97

Aguada de Baixo, 10 de Março 2026

O Contabilista Certificado n.º 33583



João Luís Morcelle Rodrigues dos Reis

A Direção



Presidente - António José Martins Rodrigues Almeida



Vice-presidente - Eduardo Milton Tavares da Silva



Secretário - Dália Dias Oliveira Tomás



Tesoureiro - Maria da Silva Martins Dias



Vogal - Ivo George Ferreira Sá Conceição

Demonstrações financeiras de 2025

**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS
PRÓPRIOS NO PERÍODO 2024**

Unidade Euros
Monetária:

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados Transitados	Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2024	6	1.163.299,44	367.963,70	318.239,91		1.849.503,07	1.849.503,07
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	7			(8.077,44)		(8.077,44)	(8.077,44)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8				(19.096,40)		
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8				(19.096,40)		
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	10					(8.077,44)	
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2024	6+7+8+10	1163299,44	367.963,72	310.162,47	(19.096,40)	1.822.329,23	1.822.329,23

Aguada de Baixo, 10 de Março 2026

O Contabilista Certificado n.º 33583



A Direção



Demonstrações financeiras de 2025

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS
PRÓPRIOS NO PERÍODO 2025

Unidade
Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados Transitados	Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2025	6	1 163 299,44	348 867,32	310 162,47		1 822 329,23	1.822.329,23
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	7		(7 000,01)	(15 032,02)		(22 032,03)	(22 032,03)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8		(7 000,01)	(15 032,02)		(22 032,03)	(22 032,03)
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8				(4 964,88)		
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	10					(22 032,03)	(22 032,03)
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2025	6+7+8+10	1.163.299,44	341 867,31	295 130,45	(4 964,88)	1 795 332,32	1 795 332,32

Aguada de Baixo, 10 de Março 2026

O Contabilista Certificado n.º 33583



A Direção



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA


PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Unidade Monetária: Euros


RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2025	2024
Fluxos de caixa das actividade operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes	3-12	1 160 198,32	1 044 978,50
Pagamento a fornecedores	3-12	(333 711,92)	(324 917,37)
Pagamentos ao pessoal	3-12	(803 158,22)	(743 146,41)
Caixa gerada pelas operações		23 328,18	(23 085,28)
Outros recebimentos/pagamentos		16 855,76	9 607,30
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		40 183,94	(13 477,98)
Fluxos de caixa das actividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>		(17 102,07)	(31 391,89)
Recebimentos provenientes de:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>			349,00
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		(17 102,07)	(31 042,89)
Fluxos de caixa das actividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
<i>Doações</i>	12	11 200,40	10 554,77
<i>Juros obtidos</i>	8-12	1 143,67	4 198,15
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		12 344,07	14 752,92
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
Caixa e seus equivalentes no início do período	3-12	506 875,48	536 643,43
Caixa e seus equivalentes no fim do período	3-12	542 301,42	506 875,48

Aguada de Baixo, 10 de Março 2026

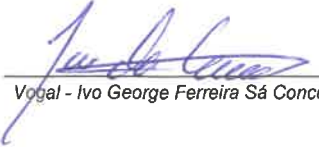
A Direção


Presidente - António José Martins Rodrigues Almeida


Vice-presidente - Eduardo Milton Tavares da Silva


Secretário - Dalila Dias Oliveira Tomás


Tesoureiro - Maria da Silva Martins Dias


Vogal - Ivo George Ferreira Sá Conceição

O Contabilista Certificado n.º 33583


João Luís Morcela Rodrigues dos Reis

Anexo

1. Identificação da Entidade

O PARAISO SOCIAL DE AGUADA DE BAIXO é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS, pessoa coletiva de utilidade pública, com estatutos publicados no **Diário da República n.º 274 de 23/11/1993, Série III**, e inscrita no livro da IPSS n.º 5 a folhas 139 com o n.º 58/93, com sede na Rua António Soares Almeida Roque n.º 5; 3750-031 Aguada de Baixo, concelho de Águeda e distrito de Aveiro. Tem como objetivo a prossecução de atividades de solidariedade social e o seu âmbito abrange principalmente a freguesia de Aguada de Baixo, do concelho de Águeda e lugares limítrofes. Em 2025 prestou cuidados nas seguintes respostas sociais:

- ERPI – Estrutura residencial para idosos;
- CD – Centro de Dia
- SAD – Serviço de apoio domiciliário

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 Indicação do referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.

Em 2025 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL). O Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho – Código de Contas
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho – Modelos de DF's
- Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho – Estrutura conceptual
- Aviso n.º 8255/2015, de 29 de julho – Norma Contabilística para Microentidades
- Aviso n.º 8256/2015, de 29 de julho – 28 NCRF
- Aviso n.º 8257/2015, de 29 de julho – NCRF - PE
- Aviso n.º 8258/2015, de 29 de julho – 2 Normas Interpretativas
- Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho – NCRF-ESNL

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012.

2.2 – Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as ESNL que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

No presente período não foram derogadas quaisquer disposições da normalização contabilística para as ESNL.

2.3 - Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

Os valores constantes do balanço e da Demonstração de Resultados em 31 de dezembro de 2025 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do período findo em 31 de dezembro de 2024.

Há, no entanto, a referir que em 2025 a Direção deu indicações para se desreconhecer a verba de 7.000,01 euros que se encontrava registada como ativo nas contas 2721112 e 2721113, referindo-se aquele valor a importâncias devidas pelo apoio do programa PARES – Construção da nova ALA. A Direção considerou ter esgotado todas as diligências possíveis para o recebimento daquela verba. A contrapartida do desreconhecimento foi a conta de Resultados Transitados, dado tratar-se de um valor considerável, capaz de distorcer a leitura das contas de 2025, e ainda, porque se referia a um valor por receber que transita nas Contas da Instituição desde a abertura do ano de 2012.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, resumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas

sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” (Notas 12.2 e 12.8) e “Diferimentos” (Nota 12.3).

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas Demonstrações Financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos Ativo e Passivos serem relatados separadamente, assim como os Gastos e os Rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as

políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridos, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	de 10 a 50 anos
Equipamento básico	de 4 a 8 anos
Equipamento de transporte	de 4 a 8 anos
Equipamento administrativo	de 4 a 8 anos
Outros Ativos fixos tangíveis	de 2 a 5 anos

A Entidade revê periodicamente a vida útil de cada ativo.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, e encontram-se espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

3.2.2. Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	de 3 a 5 anos
Programas de Computador	de 3 a 5 anos

3.2.3. Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo específico.

3.2.4. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;

- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Créditos a receber - Clientes e outras contas a Receber

Os “*Clientes*” e as “*Outras contas a receber*” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “*Perdas por Imparidade*” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras contas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.5. Fundos Patrimoniais

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.6. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no fim do período de 2025, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	Saldo em 01-Jan-2025	Aquisições / Dotações	Alienação	Saldo em 31-Dez-2025
Custo				
Terrenos e recursos naturais	300 788,35			300 788,35
Edifícios e outras construções	1 928 197,17	2 675,36		1 930 872,53
Equipamento básico	215 623,03	2 787,50		218 410,53
Equipamento de transporte	117 396,51			117 396,51
Equipamento administrativo	35 959,75	1 506,67		37 466,42
Outros Ativos fixos tangíveis	97 131,99	10 132,54		107 264,53
Total	2 695 096,80	17 102,07	-	2 712 198,87
Depreciações acumuladas				
Edifícios e outras construções	846 650,88	41 570,11		888 220,99
Equipamento básico	209 345,70	3 030,68		212 376,38
Equipamento de transporte	117 053,56	342,95		117 396,51
Equipamento administrativo	33 355,61	1 508,68		34 864,29
Outros Ativos fixos tangíveis	63 108,82	7 005,92		70 114,74
Total	1 269 514,57	53 458,34	-	1 322 972,91

6. Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de 2025, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	Saldo em 01-Jan-2025	Aquisições / Dotações	Saldo em 31-Dez-2025
Custo			
Projectos de Desenvolvimento	33.527,84		33.527,84
Programas de Computador	6.100,00		6.100,00
Total	39.627,84		39.627,84
Depreciações acumuladas			
Projectos de Desenvolvimento	33.527,84		33.527,84
Programas de Computador	6.100,00		6.100,00
Total	39.627,84	-	39.627,84

7. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2025	Compras	Inventário em 31-Dez-2025
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	4 222,87	150 352,92	7 675,48
Total	4 222,87	150 352,92	7 675,48

Descrição	Inventário em 01-Jan-2024	Compras	Inventário em 31-Dez-2024
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	5 570,55	142 744,69	4 222,87
Total	5 570,55	142 744,69	4 222,87

	2025	2024
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	146 900,31	144 092,37

8. Rédito

Para os períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2025	2024
Prestação de Serviços	1 185 756,42	1 073 241,10
<i>Quotas dos utilizadores</i>	575 437,04	565 110,77
<i>Quotas de sócios</i>	3 477,00	2 729,50
<i>Serviços secundários</i>	21 898,75	22 882,97
<i>Comparticipações Segurança Social</i>	584 943,63	482 517,86
Juros	1 143,67	4 198,15
Total	1 186 900,09	1 077 439,25

9. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2025	2024
Camara Municipal de Águeda	421,45	2 003,88
Junta de Freguesia	336,00	600,00
IEFP	8 472,94	10 205,49
Donativos	11 200,40	10 554,77
Total	20 430,79	23 364,14

10. Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos sociais, em 2025 e 2024, foram:

Assembleia geral: 3 Direção: 7 Conselho Fiscal: 5

Os Órgãos Sociais da Entidade não auferem qualquer remuneração. Os Órgãos Sociais em funções cumprem o mandato 2024-2027, e são compostos pelos seguintes elementos:

Mesa Assembleia Geral

Presidente	Carlos Manuel dos Reis Rodrigues
1º Secretário	Luisa Maria de Almeida Gonçalves
2º Secretário	Odilon Saraiva

Direção

Presidente	António José Martins Rodrigues Almeida
Vice-Presidente	Eduardo Milton Tavares da Silva
Secretária	Dalila Dias Oliveira Tomas
Tesoureira	Maria da Silva Martins Dias
Vogal	Ivo George Ferreira Sá Conceição
Suplente	Jose da Silva Carlos
Suplente	Vera Gomes Correia Serrano

Conselho Fiscal

Presidente	Osória das Dores de Brito Veiga Estima Miranda
Vogal	Rogério da Silva Marçal
Vogal	Turibio Santos Rodrigues
Suplente	Paulo Nuno Almeida Alves
Suplente	Maria Luis O. Santos Rodrigues Almeida

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2024 foi de 39, sendo que em 2025, o número médio de pessoas ao serviço da Entidade passou a ser de 41.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2025	2024
Remunerações ao Pessoal	682 927,21	602 025,69
Indemnizações	1 392,00	
Encargos sobre as Remunerações	149 395,82	130 930,60
Seguros de Acidentes no Trabalho	7 850,05	7 272,12
Outros Gastos com o Pessoal	4 136,96	1 377,99
Total	845 702,04	741 606,40

11. Divulgações exigidas por outros Diplomas Legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro. Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

12. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

12.1. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2025 e 2024, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Ativo		
Quotas	19 061,00	21 776,50
Perdas por imparidade	(14 445,00)	(17 237,50)
Total	4 616,00	4 539,00

Passivo		
Quotas	10,00	-
Total	10,00	-



Imparidades reconhecidas nas quotas dos sócios	2025	2024
Saldo do ano anterior	17 237,50	17 237,50
Desreconhecimento de dívida de sócios já em imparidade	(2 792,50)	
Reforço ou reversão de Imparidades		
Saldo no final do ano	14 445,00	17 237,50

A Direção, em 2025, entendeu desreconhecer da dívida de sócios (quotas), as que respeitavam a sócios já falecidos, sendo que em relação a alguns deles, já havida sido constituída imparidade em anos anteriores.

12.2. Créditos a receber

Para os períodos de 2025 e 2024 a rubrica "Créditos a receber" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Cientes e utentes	44 380,96	30 740,13
Adiantamento de Fornecedores		621,67
Devedores por acréscimos de rendimentos	4 345,40	21 274,33
Outros Devedores	1 282,96	597,17
Total	50 009,32	53 233,30

Descrição	2025	2024
Cientes e Utentes c/c	44 380,96	30 740,13
Utentes	44 380,96	30 740,13
Cientes e Utentes cobrança duvidosa	31 507,98	20 072,94
Utentes	31 507,98	20 072,94
Perdas por Imparidade	31 507,98	20 072,94
Utentes	31 507,98	20 072,94
Total	44 380,96	30 740,13

Em 2024, foram reconhecidas imparidades nas dívidas de utentes, no valor de 7.653,20 €

Em 2025, foram reconhecidas imparidades nas dívidas de utentes, no valor de 11.435,04 €

12.3. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Gastos a reconhecer		
Stock produtos limpeza	1 895,03	1 058,68
Seguros	4 811,10	3 864,02
Outros gastos a reconhecer	991,13	
Total	7 697,26	4 922,70

12.4. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2025 e 2024, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Caixa	307,70	1 149,62
Depósitos à ordem	126 633,85	91 126,61
Depósitos a prazo	415 359,87	414 599,25
Total	542 301,42	506 875,48

Todos os saldos de disponibilidades estão disponíveis para uso

12.5. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2025	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2025
Fundos	1 163 299,44			1 163 299,44
Resultados transitados	367 963,72		26 096,41	341 867,31
Outras variações nos fundos patrimoniais	310 162,47		15 032,02	295 130,45
Resultado Líquido do Período	(19 096,40)	(4 964,88)	(19 096,40)	(4 964,88)
Total	1 822 329,23	(4 964,88)	22 032,03	1 795 332,32

Em 2025, a Direção deu indicações para se desreconhecer a verba de 7.000,01 euros que se encontrava registada como ativo nas contas 2721112 e 2721113, referindo-se aquele valor a importâncias devidas pelo apoio do programa PARES – Construção da nova ALA.

A Direção considerou ter esgotado todas as diligências possíveis para o recebimento daquela verba. A contrapartida do desreconhecimento foi a conta de Resultados Transitados, dado tratar-se de um valor considerável, capaz de distorcer a leitura das contas de 2025, e ainda, porque se referia a um valor por receber que transita nas Contas da Instituição desde a abertura do ano de 2012.

12.6. Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Fornecedores c/c	29 088,95	40 212,44
Total	29 088,95	40 212,44

12.7. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	6 878,56	2 866,01
Total	6 878,56	2 866,01
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares	4 277,47	4 511,14
Segurança Social	29 951,72	28 090,27
Total	34 229,19	32 601,41

12.8. Outros Passivos Correntes

A rubrica “Outros passivos correntes” desdobram-se da seguinte forma:

Descrição	2025		2024	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Credores por acréscimos de gastos		123 913,92		81 932,45
Outros credores		1 748,19		602,40
Total		125 662,11		82 534,85

A verba inscrita na rubrica “Credores por acréscimos de gastos” diz principalmente respeito a encargos com remunerações vencidas em 2025 e a pagar em 2026, como seja o caso das Férias e Subsídio de férias vencidas em 2025 e que serão pagas em 2026. Acresce nesta rubrica alguns encargos de comunicação, energia e Água, referentes a 2025, mas apenas faturados pelas entidades fornecedoras em 2026.

12.9. Adiantamento de Clientes

Descrição	2025	2024
Adiantamento de Clientes	26 805,81	27 288,04

12.10. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024, foi a seguinte:

Descrição	2025	2024
Serviços especializados	79 698,15	74 609,11
Materiais	13 248,96	13 699,39
Energia e fluidos	54 527,85	63 940,50
Deslocações, estadas e transportes	2 027,71	1 524,15
Serviços diversos (*)	22 732,84	31 220,75
<i>Higiene e segurança</i>	16 139,00	21 457,21
<i>Seguros</i>	3 838,79	5 221,60
<i>Comunicação</i>	2 112,18	4 046,97
Total	172 235,51	184 993,90

(*) Discriminar as três rubricas de maior valor por ordem decrescente

12.11. Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Rendimentos Suplementares	1 795,80	1 795,80
Descontos de pronto pagamento obtidos		4,01
Ganhos em investimentos não financeiros		349,00
Correções relativas a Exercícios anteriores	1 379,65	
Reposição de subsídios ao investimento	15 032,02	15 067,05
Outros rendimentos e ganhos	514,88	0,77
Total	18 722,35	17 216,63

12.12. Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Impostos	30,00	291,86
Descontos de pronto pagamento concedidos		2,00
Dividas incobráveis	390,00	
Gastos de exercícios anteriores	375,00	
Outros Gastos e Perdas	491,87	992,70
Total	1 286,87	1 286,56

12.13. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2025	2024
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	1 143,67	4 198,15
Total	1 143,67	4 198,15
Resultados financeiros	1 143,67	4 198,15

12.14. Investimentos Financeiros

Descrição	2025	2024
Fundo Compensação do trabalhador	2.724,38	2.724,38

12.15. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2025.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente Anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas Contas.

As Demonstrações Financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2025 foram aprovadas pela Direção no dia 10 de Março de 2026.


Aguada de Baixo, 10 de Março 2026

O Contabilista Certificado n.º 33583



João Luís Morcela Rodrigues dos Reis

A Direção



Presidente - António José Martins Rodrigues Almeida



Vice-presidente - Eduardo Milton Tavares da Silva



Secretário - Dalila Dias Oliveira Tomas



Tesoureiro - Maria da Silva Martins Dias



Vogal - Ivo George Ferreira Sá Conceição